

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBT+**



---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**CONSELHO LGBT**  
**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº21**

**PAUTAS:** 1) Informes gerais e dos Grupos de Trabalho (Relações Institucionais e Regimento Interno); 2) Leitura coletiva do Edital de Processo de Escolha para a gestão 2026/2028; 3) Deliberação e aprovação da Minuta de Resolução para prorrogação do mandato da atual gestão 2024/2026; 4) Definição do calendário das próximas reuniões ordinárias do Conselho.

**PARTICIPANTES DO GOVERNO:** Rebeca Rodrigues (Vice-presidente do CMLGBT/Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Alcione Ramos Campiotto (Titular - Secretaria Municipal da Saúde), Tatto Oliveira (Titular - Secretaria Municipal de Cultura), Luciana Gandelman (Titular - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho), Nilda Keiko Toyomoto Ito (Suplente - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), João Paulo Guilherme dos Santos (Titular - Secretaria Municipal de Segurança Urbana).

**PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL:** Maciel Nascimento (Presidente e Titular - SINDSEP/SP), Andreza do Nascimento Almeida (Titular - Segmento das Mulheres Bissexuais), Kel Fernando (Titular - Segmento dos Homens Trans), Marcela Bosa (Segmento de Travestis), Cínthia Abreu (Titular - Segmento de Mulheres Lésbicas), Diego Alves Carvalho (Titular - ArtGay).

**CONVIDADOS:** Marcele Miguel (Munícipe), Rafael (Munícipe), Ronie (Munícipe), Rocio (Munícipe), Mayara (Munícipe).

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBT+ foi realizada em formato híbrido, com participação presencial na sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), localizada na Rua Líbero Badaró, nº 119 -

Centro, no dia 18 de julho de 2026, tendo início às 10h 15, após verificação do quórum necessário para a abertura dos trabalhos.

Iniciando os trabalhos, a vice-presidente Rebeca Rodrigues saudou todas as pessoas presentes e informou sobre a disponibilização no chat do link para o portal oficial da SMDHC contendo o edital, o cronograma e os formulários de inscrição para o processo eleitoral. O presidente Maciel Nascimento proferiu sua fala de abertura, dando as boas-vindas aos conselheiros e aos convidados. Maciel Nascimento ressaltou a relevância histórica do mandato da atual gestão, iniciada em setembro de 2024, destacando a realização bem-sucedida da Conferência Municipal, a fiscalização e as visitas técnicas realizadas aos cinco Centros de Referência LGBTI+ da capital e a construção ativa de propostas para a alteração do decreto de regulamentação do Conselho.

Dando sequência à dinâmica da reunião, concedeu-se a palavra para a apresentação das pessoas convidadas. Maciel apresentou a munícipe Marcele Miguel, Mulher trans, que expressou sua satisfação em participar do encontro após tomar ciência do evento por meio de uma publicação em mídias sociais. Maciel então sugeriu que o Conselho adote uma rotina mais ativa e frequente de divulgação de suas datas e horários de reuniões nas redes sociais, otimizando o acesso de outros cidadãos e fortalecendo a participação social. O psicólogo Rafael apresentou-se, destacando sua atuação profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua pesquisa de mestrado sobre as vivências trans, reafirmando seu compromisso e interesse em somar esforços para fortalecer e construir políticas públicas direcionadas à comunidade. Rossi, representante da Rede NB, manifestou interesse sobre as formas de articulação e a interpretação do edital eleitoral no que tange à inserção de coletivos não registrados juridicamente. Rony, do Conselho Regional de Fonoaudiologia, consultou o plenário sobre a obtenção de assento nas comissões ou conselhos, sendo informado por Rebeca Rodrigues e Maciel Nascimento de que o novo edital prevê o cadastramento de órgãos de classe e sugeriu-se a participação ativa das entidades interessadas na nova eleição.

Em relação aos informes das instâncias de trabalho, Rebeca Rodrigues pontuou que não havia novos relatos acerca das atividades do GT de Regimento Interno, cuja continuidade metodológica depende da aprovação das alterações do decreto regulamentador. No tocante ao GT de Relações Institucionais, informou-se que a formulação da proposta técnica de memória que consolidará o legado e as recomendações administrativas desta gestão está substancialmente avançada, com previsão de formatação e apresentação oficial do texto final na reunião ordinária subsequente. Adicionalmente, foi pautado o debate sobre a criação de pontos focais e canais permanentes de emergência junto às secretarias municipais finalísticas (como Saúde, Segurança Urbana e Assistência Social) para o encaminhamento ágil de denúncias de agressões e violações de direitos direcionadas à população LGBTI+. Maciel Nascimento pontuou as graves deficiências enfrentadas para garantir respostas imediatas em casos emergenciais, e sugeriu-se que o GT de Relações

Institucionais incorpore este tema de forma detalhada no documento de orientação técnica para a próxima gestão.

Avançando na ordem do dia, procedeu-se à leitura coletiva detalhada do Edital de Processo de Escolha nº 01/SMDHC/2026, assinado pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Regina Célia da Silveira Santana, e publicado no Diário Oficial da Cidade em 03 de julho de 2026. Durante a projeção da página institucional conduzida por Rebeca Rodrigues, detalharam-se a composição de dezesseis membros titulares e respectivos suplentes, as competências da Comissão Eleitoral, as normas rígidas de campanha, os procedimentos e links eletrônicos para o cadastramento presencial e digital de candidatos e eleitores habilitados, bem como os canais e ramais diretos para sanar dúvidas.

Concluída a leitura do edital, iniciou-se uma intensa fase de debates em que conselheiros e convidados manifestaram discordâncias e descontentamentos institucionais sobre o teor das regras publicadas. O conselheiro Kel Fernando expressou surpresa e frustração por ter tomado conhecimento do teor definitivo do edital apenas após a publicação oficial, sem que houvesse uma leitura ou crivo prévio por parte de todo o plenário. Kel ressaltou que as propostas de alteração do Decreto Municipal nº 59.047/2019 (exaustivamente debatidas, aprovadas pelo conselho e fundamentadas em demandas legítimas da Conferência Municipal, que visavam garantir representação e assento formal para a população migrante, pessoas não binárias e intersexo, além de permitir a reeleição de conselheiros atuais) foram sumariamente ignoradas pela administração municipal, que optou por conduzir o certame baseando-se no decreto antigo. Criticou-se, ainda, a incoerência dos critérios de desempate, bem como a restrição do prazo de cadastramento para votantes, classificada como um fator limitante à participação democrática da comunidade no dia do pleito. A conselheira Zazá endossou integralmente as críticas de Kel, rotulando o lançamento do edital como precipitado e desprovido de maturidade política. Zazá questionou enfaticamente a exigência contida no edital de comprovante de residência físico ou digital para votantes, asseverando que tal critério atua como um severo filtro excludente para cidadãos pertencentes à população em situação de rua, cuja sobrevivência é historicamente marcada pela vulnerabilidade extrema. Propôs-se, inclusive, que o conselho ou representações populares pleiteassem a suspensão ou a judicialização da impugnação do referido edital perante o Ministério Público para salvaguardar a inclusão plena de todas as identidades sociais. O presidente Maciel Nascimento ressaltou que, embora as datas cumpram formalmente o rito do decreto vigente, a evidente inação e a escassa vontade política demonstradas pela SMDHC. Diante dos fatos, deliberou-se que os representantes da sociedade civil e demais membros interessados realizem uma reunião conjunta de análise técnica até a quarta-feira seguinte para consolidar e encaminhar formalmente um documento com dúvidas e questionamentos estruturados à Comissão Eleitoral.

Prosseguindo com a pauta, e após a verificação de que o quórum deliberativo mínimo exigido foi devidamente atingido no decorrer dos debates, foi colocada em votação a

Minuta de Resolução nº 06, de 18 de julho de 2026, elaborada para assegurar a prorrogação excepcional do mandato da atual gestão (bienal 2024/2026) a partir do dia 20 de setembro de 2026 até a solenidade de posse dos novos representantes, programada para 02 de dezembro de 2026. Maciel Nascimento procedeu à leitura integral do anexo que fundamenta a resolução jurídica e tecnicamente perante a Assessoria Jurídica da Pasta. O documento sustenta a legalidade e a urgência da prorrogação com fundamento no princípio constitucional da continuidade do serviço público, na teoria dos poderes implícitos dos conselhos de participação e na necessidade crucial de evitar o colapso e a nulidade jurídica de atos administrativos relacionados ao controle social, fiscalização de termos de parceria financeira com equipamentos e a submissão de emendas e planos orçamentários setoriais. Após a devida apreciação e debates, a Resolução foi aprovada por unanimidade pelo plenário do Conselho.

Por fim, confirmou-se que as duas últimas reuniões ordinárias da atual gestão ocorrerão de forma presencial e híbrida nos dias 15 de agosto de 2026 e 12 de setembro de 2026, conforme dilação de datas previamente debatidas e acordadas pelo coletivo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h15, com agradecimentos do Presidente Maciel e da Vice-presidente Rebeca a todas as pessoas presentes. Informou-se, por fim, que a presente ata será encaminhada aos participantes e, após leitura e aprovação, será devidamente publicada.